



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092

TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)



EMENTA

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO - DESTINAÇÃO DO VALOR - O valor da indenização por dano moral coletivo deve ser revertido ao Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, instituído pelo art. 3º da Emenda Constitucional n.º 45/2004, que deverá ser composto, dentre outras receitas, pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas. A importância deverá permanecer depositada em conta judicial, rentabilizada com juros e correção monetária, com comunicação ao c. TST da existência desse crédito para futura quitação de execuções trabalhistas. Afinal, a sanção deve trazer um benefício à coletividade de trabalhadores e existem milhares de execuções paralisadas no arquivo da Justiça do Trabalho por ausência de bens/valores para quitação. O Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas é uma forma de minimizar o problema dos créditos reconhecidos em Juízo que ficaram sem pagamento em razão do encerramento das empresas em nosso país. É uma forma de, penalizando as empresas que fraudam a legislação trabalhista, contribuir com os trabalhadores que prestaram serviços e não receberam o mínimo vital garantido em lei.

V I S T O S, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da **VARA DO TRABALHO DE CIANORTE** - **PR**, sendo Recorrentes **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, TRANSFRIPAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA., JOSÉ CARLOS MARI e LUCIANO EDUARDO GRISOTTO** e Recorridos **OS MESMOS, VALDEMAR**

fls.1



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

MORAS DELATORRE, COTRINCO COOPERATIVA e ANTONIO LINO DA SILVA FILHO.

I. RELATÓRIO

Inconformados com a r. sentença de fls. 1341/1353, complementada pela decisão resolutiva de embargos de fls. 1472/1473, prolatada pelo magistrado Giancarlo Ribeiro Mroczek, que acolheu parcialmente os pedidos, recorrem as partes.

O réu Valdemar Moras Delatorre, através do recurso ordinário de fls. 1475/1527, postula a reforma da r. sentença quanto aos seguintes itens: a) ilegitimidade passiva; b) grupo econômico; c) dano moral coletivo.

Custas não recolhidas.

Contrarrazões apresentadas pelo Ministério Público do Trabalho às fls. 1657/1661.

A ré Transfripan Administradora de Bens Ltda., através do recurso ordinário de fls. 1528/1578, postula a reforma da r. sentença quanto aos seguintes itens: a) ilegitimidade passiva; b) grupo econômico, c) ausência de fraude; d) dano moral coletivo.

Custas recolhidas à fl. 1579.

Depósito recursal efetuado à fl. 1580.

fls.2



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

Contrarrazões apresentadas pelo Ministério Público do Trabalho às fls. 1652-1656.

Os réus José Carlos Mari e Antonio Lino da Silva Filho, através do recurso ordinário de fls. 1582/1622 postulam a reforma da r. sentença quanto aos seguintes itens: a) ilegitimidade passiva; b) responsabilidade solidária; c) dano moral coletivo - ausência de irregularidade; d) multa por embargos protelatórios.

Custas recolhidas à fl. 1624.

Depósito recursal efetuado à fl. 1623.

Contrarrazões apresentadas pelo autor Ministério Público do Trabalho às fls. 1662/1665.

O autor Ministério Público do Trabalho, através do recurso ordinário de fls. 1468/1473, postula a reforma da r. sentença quanto ao item: a) valor da indenização.

Contrarrazões apresentadas pelos réus José Carlos Mari e Luciano Eduardo Grisotto às fls. 1633/1645.

Apesar de devidamente intimados, os réus Valdemar Moras Delatorre, Transfripan Administradora de Bens Ltda., Cotrinco Cooperativa e Luciano Eduardo Grisotto não apresentaram contrarrazões.

II. FUNDAMENTAÇÃO

fls.3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

2ª TURMA

CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)

1. ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **CONHEÇO** dos recursos ordinários interpostos pelos réus Transfripan Administradora de Bens Ltda., José Carlos Mari e Antonio Lino da Silva Filho e pelo Ministério Público do Trabalho.

NÃO CONHEÇO do recurso ordinário interposto por Valdemar Moras Delatorre, por deserto.

Com efeito, os réus Valdemar e Transfripan estão representadas pelo mesmo patrono, tendo recolhido custas e efetuado depósito recursal conjuntamente, cujos comprovantes foram juntados juntamente com o recurso da Transfripan (fls. 1579/1580).

No caso, esse recorrente requer a sua exclusão da lide, afirmando que o objeto do recurso "é obter ordem jurídica determinando a extinção do processo, sem julgamento de mérito, acolhendo a preliminar de ilegitimidade de parte arguida por este Recorrente em contestação (fls. 158 a 212)" (fl. 1531).

Em razão do exposto, as despesas processuais pagas pela Transfripan não beneficiaram o réu Valdemar Moras Delatorre, pelo que o recurso ordinário por ele interposto é deserto, não preenchendo os requisitos para a admissibilidade.

Diante do exposto, **NÃO CONHEÇO** do recurso ordinário interposto por Valdemar Moras Delatorre.

fls.4



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

2. MÉRITO

**RECURSO ORDINÁRIO DE TRANSFRIPAN
ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.**

**1. ILEGITIMIDADE PASSIVA - ANÁLISE
CONJUNTA DOS RECURSOS DOS RÉUS**

Sentença: "No presente caso, veja-se que a petição inicial alude a responsabilidade de todos os réus, pela utilização de mão-de-obra cooperada de forma fraudulenta. Logo, presente a pertinência subjetiva entre os fatos e pessoas narrados com aquelas postadas nos pólos ativo e passivo da demanda" (fl. 1342).

Recurso dos réus Transfripan, José Carlos Mari e Luciano Eduardo Grisotto: a Transfripan afirma que apenas arrendou o imóvel da Cooperativa Cotrinco, pelo que não se beneficiou do negócio e não deve ser responsabilizado por eventuais débitos.

José Carlos Mari e Luciano Eduardo Grisotto também afirmam que não tiveram qualquer participação na constituição e gestão da Cooperativa.

Requerem a extinção do feito sem resolução do mérito pelo reconhecimento da ilegitimidade passiva.

Análise: a ilegitimidade passiva deve ser apurada de forma abstrata, tendo em vista a autonomia da relação processual frente ao direito material que se discute na demanda. A procedência, ou não, dos pedidos formulados constitui matéria de mérito e com ele deve ser analisada.

fls.5



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

A moderna teoria do direito processual adota como critério para aferirem-se as condições da ação o que se alegou na petição inicial, ou seja, através da mera asserção, sem perquirir-se da veracidade da afirmação que diz respeito ao mérito. Com efeito, "As "condições da ação" são aferidas no plano lógico e da mera asserção do direito, e a cognição a que o juiz procede consiste em simplesmente confrontar a afirmativa do autor com o esquema abstrato da lei - Não se procede, ainda, ao accertamento do direito afirmado" (- WATANABE, Kazuo. Da cognição no processo civil. São Paulo: RT, 1987, p. 69).

No mesmo sentido, "As condições da ação como requisitos para o julgamento do mérito, consoante à reelaborada teoria do direito abstrato de agir, devem ser aferidas in statu assertionis, ou seja, à vista do que se afirmou na exordial. Positivo que seja este exame, a decisão jurisdicional estará pronta para julgar o mérito da ação" (CASTELO, Jorge Pinheiro. O direito processual do trabalho na moderna teoria geral do processo. 2ª ed., São Paulo: LTr, 1996, p. 156).

No caso, conforme bem apontado em sentença, a exordial relata o envolvimento de todos os réus na fraude das cooperativas, pelo que a efetiva participação dos recorrentes é matéria atinente ao mérito.

Rejeito.

**2. REGULARIDADE DA COOPERATIVA - ANÁLISE
CONJUNTA DO RECURSO DOS RÉUS**

Sentença: "E, por tudo que consta dos presentes autos, constata-se que não havia formação de uma cooperativa e sim de um empreendimento

fls.6



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

empresário, que explorava a mão de obra dos supostos cooperados. Assim, já pela análise do efetivo funcionamento da cooperativa, há a confirmação de que a mesma se deu de forma incompatível com a legislação e princípios cooperativos" (...) "Diante de todos esses fatos, embora separadamente as alegações dos réus possam levar a crer em contratos lícitos e independentes com a cooperativa, dela não fazendo parte, a verdade é que a Cotrinco não passou de uma empresa do ramo de couro, explorada pelos demais réus e fundada com o exclusivo fim de angariar lucro com a precarização dos direitos dos trabalhadores vinculados ao empreendimento" (...) "Portanto, diante de tudo o que consta nos autos, considerando a inexistência de cooperação entre os cooperados em si e entre a cooperativa e os cooperados, bem como a existência de labor desses em verdadeiro contrato de emprego, com subordinação e poder diretivo explícito, bem como pela coordenação das atividades pelos demais réus, principalmente na pessoa de Antonio Lino da Silva Filho, acolho os pedidos formulados pelo Ministério Público do Trabalho, a fim de determinar que os réus (todos) não mais constituam, administrem ou se valham de sociedades cooperativas a fim de fraudar a legislação trabalhista e violar os direitos dos trabalhadores, sob pena de multa diária de R\$10.000,00 (art. 461, §§4º e 5º, do CPC), reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador ou outra destinação social/pública, a ser oportunamente definida pelo autor" (fls. 1345 e 1350).

Recurso dos réus Transfripan, José Carlos Mari e Luciano Eduardo Grisotto: os recorrentes afirmam que a Cooperativa Cotrinco foi regularmente instituída, com o propósito de "manter ativo os postos de trabalho da extinta empresa MS Couros (recurso de José Carlos e Luciano, fl. 1598)", "para que seus ex-funcionários viessem a continuar a trabalhar, e por certo, a Cooperativa segundo o Procedimento investigatório realizado pelo Recorrido" (fl. recurso da Transfripan, fl. 1544).

fls.7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

2ª TURMA

CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)

Requerem a reforma da sentença no particular.

Análise: o Ministério Público do Trabalho aduz que a Cooperativa Cotrinco (1ª ré) não cumpre a legislação aplicável. Segundo o *Parquet*, a 1ª reclamada não rateia os lucros com os cooperados; não providenciou seu registro na Organização de Cooperativas Brasileiras, conforme disposto no art. 107 da Lei n.º 5.764/71; todos os cooperados são ex-empregados da empresa MS Couros, que encerrou as atividades sem quitar suas dívidas; a iniciativa para a constituição da cooperativa foi dos reclamados e não dos trabalhadores, os quais não participavam dos processos de deliberação; havia salário fixo e horário de trabalho para os cooperados; havia hierarquia interna na cooperativa.

A Cooperativa ré nega as acusações, afirmando que foi regularmente constituída, a partir da união dos ex-empregados da extinta empresa MS Couros, a fim de manter os empregados e aproveitar a estrutura onde funcionava a MS.

Pois bem.

Em depoimento no bojo do inquérito civil instaurado pelo MPT, o Presidente da Cotrinco afirmou que:

"antigamente a Cromonorte era a dona do estabelecimento; posteriormente foi vendido para a Transfripan, esta arrendou para a Euroleather e, após, na sequência, para a Bertin, MS Couros e finalmente para a Contrinco (...) a maioria da diretoria da cooperativa é de ex-funcionários da MS Couros; os declarantes trabalham no local desde que a empresa era a Cromonorte; (...) o Sr. Antonio Lino é contratado pela cooperativa como administrador (...) quem define o valor dos salários dos cooperados é uma assembléia formada pelos diretores, conselho fiscal e suplentes; todos recebem salário

fls.8



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

fixo, a menos que a produção não seja suficiente para o pagamento dos salários, quando há um rateio das perdas (...) a cooperativa tem 12 empregados registrados para as áreas de serviços gerais e operadores de máquinas; há cooperados que também exercem as funções de operadores de máquinas e serviços gerais" (fls. 396/39).

Ficou claro, portanto, que havia salário fixo aos cooperados, bem como hierarquia na suposta cooperativa. Assim, ao contrário do que alegam as rés, não havia, portanto, como os "cooperados" sentirem-se donos do próprio negócio.

No mais, é incontroverso que a Cooperativa instalou-se no mesmo local da MS Couros, fazendo uso de toda a sua estrutura, entre maquinários, pessoal e matéria prima.

A ré Transfripan é proprietária e toda a estrutura da Cotrinco, beneficiando-se de sua produtividade, a qual é controlada rigorosamente por meio do "ticket-balança". Ficou claro, ainda, que o Sr. Antonio Lino, administrador da Cooperativa, é o intermediária da Tranfripan na Cotrinco. Ainda, o filho do dono da Cotrinco, Eduardo Delatorre, "já levou material até a Cotrinco para ser beneficiado".

De fato, incontroverso que o pagamento do aluguel era realizado de acordo com a produtividade da Cooperativa. Ainda, a Transfripan era do ramo de gado e frigorífico, apresentando clara relação com a atividade principal da cooperativa (couro).

Ainda, a iniciativa para a constituição da Cotrinco não partiu dos cooperados, mas do réu Antonio Lino o qual, conforme depoimento

fls.9



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

supratranscrito, atuava como administrador da "cooperativa". Antonio sequer era um cooperado, mas indicava clientes e determinava o modo de operação (fls. 856 dos autos principais e 396 do volume 2 do anexo). Na própria reunião de constituição, havia poucos presentes, dentre eles os réus José Carlos Mari e Luciano Grisotto (fl. 856-vs, item 8).

Assim, de acordo com o já bem decidido na sentença, trata-se o caso de empreendimento empresário, formalmente instituído como cooperativa, o que implicou em fraude à legislação trabalhista.

As alegações de ausência de participação na Cooperativa, bem como a relevância da atuação de cada um dos recorrentes, serão analisadas no item seguinte, a respeito da responsabilidade solidária.

Mantenho.

**3. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/GRUPO
ECONÔMICO COM A COTRINCO**

Sentença: "E, considerando-se que a referida cooperativa, ora primeira ré, nada mais era do que uma verdadeira empresa, constituída de fato, tem-se que a Transfripan formava grupo econômico com essa, situação que se iniciou já desde a Cromonorte. Em decorrência, responderá solidariamente por eventual condenação decorrente da presente sentença, a teor do artigo 2º, § 2º, da CLT" (fl. 1347-vs).

Recurso: reitera a ré Transfripan que nenhuma relação possuía com a Cooperativa Cotrinco. Afirma que apenas arrendou o imóvel onde aquela pessoa jurídica funcionava. Aduz, ainda, que não estão presentes os elementos caracterizadores do grupo econômico, pois não exercia qualquer ato de direção, controle

fls.10



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

ou administração da cooperativa. Requer a sua exclusão do pólo passivo da lide, por inexistência de responsabilidade de sua parte.

Análise: conforme bem apontado em sentença, as provas constantes dos autos comprovam a relação entre as empresas, sendo a ora recorrente beneficiária dos lucros obtidos pela Cotrinco.

A configuração do grupo econômico, para o direito do trabalho, pressupõe a presença dos elementos constitutivos referidos pelo § 2º, do art. 2º, da CLT, bem como pelo que dispõe o art. 3º, § 2º, da Lei 5.889/73.

Interpretando tais dispositivos legais, Mauricio Godinho Delgado afirma que, para caracterização do grupo econômico no Direito do Trabalho, mostra-se necessário examinar a abrangência objetiva do grupo, a abrangência subjetiva e, por fim, o nexo relacional entre as empresas supostamente participantes do grupo econômico.

A abrangência objetiva significa que o conceito de grupo econômico para o direito do trabalho não tem vinculação com outros segmentos jurídicos, ou seja, o grupo econômico investigado pelo ramo trabalhista prescinde de maiores formalidades requisitadas por outros ramos jurídicos, como o direito comercial/empresarial ou direito econômico.

Quanto à abrangência subjetiva, entende o citado doutrinador que a lei trabalhista delimita o tipo de sujeito de direito que pode compor o grupo econômico, asseverando o seguinte:

fls.11



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

O componente do grupo não pode ser qualquer pessoa física, jurídica ou ente despersonificado; não se trata, portanto, de qualquer empregador, mas somente certo tipo de empregador, diferenciado dos demais em função de sua atividade econômica. (...) O que quer a lei é que o sujeito jurídico componente do grupo econômico para fins justralhistas consubstancie essencialmente um ser econômico, uma empresa (expressão sugestivamente enfatizada pelos dois preceitos legais enfocados). O caráter e os fins econômicos dos componentes do grupo surgem, assim, como elementos qualificadores indispensáveis à emergência da figura aventada pela ordem jurídica trabalhista (DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 7.ed. São Paulo: LTr, 2008. p.401).

Por fim, mostra-se necessário analisar o nexo relacional entre as empresas supostamente pertencentes ao mesmo grupo econômico, havendo, quanto a isso, duas correntes doutrinárias bem definidas: i) existência de efetiva direção hierárquica entre as empresas componentes do grupo; ii) para a configuração do grupo econômico, basta a simples relação de coordenação entre as empresas, mesmo sem qualquer influência de hierarquia.

No meu entender, em que pese a divergência indicada, para caracterização do grupo econômico não necessita existir uma relação de hierarquia entre as empresas, como defende a primeira corrente referida anteriormente. Já basta a mera coordenação, com identidade de unidade de comando

Nesse sentido, a lição de Amauri Mascaro Nascimento:

"Pelo fato de estar o controle das empresas em mãos de uma ou algumas pessoas físicas detentoras do número suficiente de ações para que se

fls.12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

2ª TURMA

CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092

TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)

estabeleça, não ficará descaracterizado o grupo, uma vez que a unidade de comando econômico existirá da mesma forma que ocorre quando a propriedade das ações é de uma empresa" (NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. 14.ed. São Paulo: LTr, 1989. p. 141-142).

No caso em apreço, é facilmente verificável a abrangência objetiva e subjetiva da Transfripan e da Cotrinco:

Nos autos de Inquérito Civil, os representantes da Cotrinco afirmaram o seguinte:

"O imóvel em que está instalada a cooperativa é alugado; o pagamento do aluguel é feito de acordo com o quilo com o quilo do couro; paga-se de acordo com o couro que entra; **a empresa que arrenda o imóvel é a Transfripan; a cooperativa entra somente com a mão-de-obra, 'são praticamente prestadores de serviço'; o barracão é da Transfripan, bem como o maquinário, a cooperativa só tem a mão-de-obra (...)** a Transfripan sempre trabalhou como gado e frigorífico; o dono da Transfripan é Valdemar Delatorre; seu filho, Eduardo Delatorre, já levou material até a Cotrinco para ser beneficiado; **a Transfripan controla o couro que entra na cooperativa por meio do 'ticket-balança; (...)** a Transfripan tem um intermediário dentro da Cooperativa que controla o pagamento; o nome deste é Antonio Lino; este recebe o pagamento todo dia 10 (dez) e repassa para o Sr. Valdemar; o Sr. Antonio Lino é contratado pela Cooperativa como administrador" (fl. 396 do volume 2 de documentos, sem grifos no original).

De acordo com o já ressaltado anteriormente, então, a Transfripan é proprietária e toda a estrutura da Cotrinco, beneficiando-se de sua produtividade, a qual é controlada rigorosamente por meio do "ticket-balança". Ficou

fls.13



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

claro, ainda, que o Sr. Antonio Lino, administrador da Cooperativa, é o intermediária da Tranfripan na Cotrinco. Ainda, o filho do dono da Cotrinco, Eduardo Delatorre, "já levou material até a Cotrinco para ser beneficiado".

De fato, incontroverso que o pagamento do aluguel era realizado de acordo com a produtividade da Cooperativa. Ainda, a Transfripan era do ramo de gado e frigorífico, apresentando clara relação com a atividade principal da cooperativa (couro).

Saliente-se que o reconhecimento de grupo econômico não se dá pelo simples fato da identidade ou não de sócios da empresa, pois esse fato, por si só, realmente não autoriza o reconhecimento do grupo econômico. No presente caso, porém, o fato desencadeador da conclusão adotada está relacionado a convergência de interesses e coordenação entre as a Transfripan e a Cotrinco.

Logo, não há o que ser provido à recorrente.

Mantenho.

**4. DANO MORAL COLETIVO - ANÁLISE
CONJUNTA DO RECURSO DAS PARTES**

Sentença: "E, no presente caso, restou patente o dano moral coletivo sofrido não apenas pelos trabalhadores falsamente cooperados, mas também para toda a classe de trabalhadores e, de igual modo, à sociedade que objetiva, sempre e permanentemente, que haja o cumprimento da ordem moral, ética e legal vigente (...) Em sendo assim, levando-se em consideração a extensão do dano, a condição sócio-econômica dos réus e o caráter pedagógico e punitivo da indenização, arbitro-a no

fls.14



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser paga solidariamente por todos os réus, reversível ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador ou outra destinação social/pública, a ser oportunamente definida pelo autor".

Recurso dos réus: aduzem os recorrentes que não praticaram conduta ilícita que enseje indenização por danos morais, e que no caso não houve, também, um número relevante de pessoas atingidas, mormente porque os trabalhadores cooperados não se manifestaram contrariamente à sua condição. Requerem a exclusão da condenação ao pagamento de indenização de danos morais ou, subsidiariamente, a redução do *quantum* para no máximo R\$ 25.000,00.

Recurso do Ministério Público do Trabalho: afirma que houve violação grave a direitos dos trabalhadores e de toda a coletividade; que o valor da indenização, fixado em sentença, não condiz com o escopo de reparação e prevenção da indenização por dano moral. Ainda, afirma que o valor fixado em sentença, dividido pelo número de réus, será ínfimo, pelo que deve ser aumentado para R\$ 750.000,00.

Análise: indene de dúvidas a possibilidade de condenação em danos morais coletivos, o que se encontra em harmonia com a coletivização e socialização do Direito.

Explica Arion Sayão Romita, em artigo intitulado Dano Moral Coletivo (Juris Síntese nº 67 - SET/OUT de 2007), que:

"uma coletividade, como tal considerada (abstraindo-se a pessoa dos indivíduos que a integram), pode ser atingida pelos efeitos de um ato ilícito, causador de dano moral. Daí a noção de dano moral coletivo. Não só os indivíduos têm direitos: os grupos também os têm. A violação do direito do

fls.15



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

grupo (ou coletividade) pode gerar dano moral coletivo. (...) O dano moral coletivo tanto pode afetar o interesse dos indivíduos considerados como membros do grupo quanto o direito cujo titular seja o próprio grupo. Neste sentido, a Lei nº 7.347, de 1985, que regula a ação civil pública, prevê expressamente a possibilidade do reconhecimento de dano moral coletivo, ao incluir, no art. 1º, IV, a referência a responsabilidade por danos morais e coletivos causados "a qualquer outro interesse difuso ou coletivo".

Pode-se, então, entender por dano moral coletivo o resultante de violação de direitos de certa coletividade ou a ofensa a valores próprios dessa mesma coletividade, como sucede, por exemplo, com o sentimento de dignidade e solidariedade que vincula os respectivos membros e a repulsa a atos de discriminação dentro do próprio grupo.

Na hipótese, o réu vem contratando de forma irregular trabalhadores sob o pretexto de cooperação, burlando a legislação trabalhista e negando, a toda uma coletividade de obreiros, direitos fundamentais.

"Isso porque os réus se utilizaram de mão-de-obra precarizada para atingir seus fins empresariais, sendo necessário não apenas o ajuizamento da presente ação mas a efetiva coibição com a imposição de multa acaso persistissem trabalhadores falsamente cooperados na Cotrinco.

Trabalho que efetivamente só deixou de existir com a paralisação das atividades de tal ré.

Isso porque, a eliminação do trabalho "cooperado" com a extinção da Cooperativa, não ressarcia os prejuízos morais já perpetrados, durante toda a sua existência, através da precarização dos trabalhadores ali instalados" (sentença, fl. 1351).

fls.16



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

Com efeito, a atitude do reclamado converge para a indiferença quanto ao próprio sistema protecionista laboral e à extensão dos prejuízos potencialmente causados aos trabalhadores, dadas as repercussões de natureza social e alimentar que a preterição alcança. Há, *in casu*, violação do próprio direito ao trabalho da coletividade prejudicada, o que acarreta inegável ofensa a valores extrapatrimoniais, merecendo reparação.

Ressalta-se que o tratamento transindividual aos chamados interesses difusos e coletivos origina-se justamente da importância destes interesses e da necessidade de uma efetiva tutela jurídica. A matéria, inclusive, vem sendo abordada pela doutrina à luz dos direitos humanos trabalhistas, lecionando o estudioso Cicero Rufino Pereira que

"na seara trabalhista, a necessidade da aplicabilidade dos direitos fundamentais mostra-se imprescindível para a convivência harmônica entre os direitos da pessoa do trabalhador e os poderes empresariais do empregador" (Efetividade dos Direitos Humanos Trabalhistas. SP, LTr, 2007. p. 65).

Em suma, a conduta dos réus viola direito transindividual de ordem coletiva, infringindo normas de ordem pública e direitos essenciais do trabalhador. Logo, deve ser reparada por força do disposto no art. 5º, V da CF e no art. 81, II da Lei 8078/90 (art. 8º da CLT).

fls.17



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

A configuração do dano moral independe de comprovação material do prejuízo, que reside justamente nessa conduta culposa, da qual decorrem repercussões na esfera pessoal de cada obreiro, implicando em ofensa subjetiva e na privação da plenitude de sua capacidade laborativa (art 5º, X, da CF e arts. 186 e 927 do CCB).

No que concerne ao valor da indenização, considerando a natureza, gravidade e repercussão da lesão, a situação econômica do ofensor, o proveito obtido com a conduta ilícita (cooperativa instituída em 2006), o grau de culpa ou dolo da reclamada, o grau de reprovabilidade social da conduta adotada (violação de direitos fundamentais), os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e, por fim, a função sancionatória e pedagógica (caráter diretivo do direito), reputo que deve prevalecer o valor da indenização arbitrado na r. sentença em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), devidamente atualizado.

Mantenho.

No entanto, entendo razoável que o valor da indenização por dano moral coletivo seja revertido ao Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, instituído pelo art. 3º da Emenda Constitucional n.º 45/2004, que deverá ser composto, dentre outras receitas, pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas.

A importância deverá permanecer depositada em conta judicial, rentabilizada com juros e correção monetária, com comunicação ao c. TST da existência desse crédito para futura quitação de execuções trabalhistas.

fls.18



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

2ª TURMA

CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092

TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)

Afinal, a sanção deve trazer um benefício à coletividade de trabalhadores e existem milhares de execuções paralisadas no arquivo da Justiça do Trabalho por ausência de bens/valores para quitação. A respeito, confira-se a seguinte notícia veiculada no Jornal Gazeta do Povo (<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1174934&tit=>

Ganhar e não levar. Essa tem sido a rotina da maioria dos brasileiros que buscam na Justiça do Trabalho a reparação de alguma perda. As estatísticas não mentem. De cada 100 ações vencidas pelo reclamante, em apenas 31 delas o débito é saldado. Nos 69% restantes dos casos, o ex-patrão simplesmente não paga a dívida, mesmo que a decisão seja irreversível. "É o vulgo ganha, mas não leva", diz o ministro João Oreste Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O alto índice de inadimplência patronal se tornou o maior gargalo do setor. "Um órgão do Poder Judiciário que não proporciona ao credor o direito que lhe foi reconhecido em sentença definitiva, ou que está reconhecido em acordo homologado em juízo, leva à descrença na Justiça", avalia Da-lazen.

A razão não é de inadequação das regras da legislação trabalhista ou da ausência de esforço estrutural na execução, mas da própria falência judicial ou fática das empresas que não conseguem sobreviver à competição capitalista. Nesse sentido, aponta-se a seguinte estatística (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/demografiaempresa/2009/default.shtm>

Em dois anos, 4 em cada 10 novas empresas saem do mercado

Das 464,7 mil empresas que entraram no mercado em 2007, 353,6 mil (76,1%) haviam sobrevivido em 2008 e 285 mil (61,3%) até 2009. Isso significa que, de cada 10 empresas criadas em 2007, cerca de duas já haviam deixado o mercado no ano seguinte e cerca de 4 não existiam mais após dois anos. É o que revela o estudo Demografia das Empresas 2009, segundo o qual 30.935 empresas foram consideradas como de alto crescimento naquele ano. Elas ocuparam 16,6% dos assalariados em empresas, sendo 17,8% dos homens assalariados e 14,5% das mulheres assalariadas. Empresas de alto crescimento são

fls.19



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

aquelas cujo aumento médio do pessoal ocupado assalariado é igual ou maior que 20% ao ano, por um período de 3 anos, e que tenham pelo menos 10 pessoas assalariadas no ano inicial de observação. Nestas empresas, 69% dos empregados eram homens e 31%, mulheres.

O motivo de triste estatística também é resultante da instabilidade do próprio capitalismo.

Hieráclito já anteviu o que posteriormente veio a ser a famosa expressão de Karl Marx - "tudo que é sólido desmancha no ar" -, se referindo as mudanças econômicas e sociais que via no mundo de sua época. Agora, com a velocidade dos tempos hodiernos, da comunicação instantânea proporcionada pela telefonia, comunicação de massa, internet e tantas outras, somente aumentou a velocidade das mudanças, dos paradigmas e da instabilidade própria do final do século passado, como prelúdio do atual. O capitalismo nesse contexto é permeado pelas transformações, ora para o crescimento econômico, ora para a depressão, de forma cíclica, onde as certezas e a segurança cada vez ficam mais distantes da realidade das pessoas.

O crescimento econômico e subsequente crise e novamente prosperidade seguido de novos reveses e assim sucessivamente é parte inerente ao sistema econômico capitalista. Por isso já se afirmou que o crescimento econômico traz em seu bojo o germe da crise. Isso é explicado porque não somente as circunstâncias do presente, mas as expectativas futuras geram as INSTABILIDADES SISTÊMICAS NO CAPITALISMO. O tempo exerce papel primordial, pois o passado tem influência sobre o presente; o presente sobre o futuro e o futuro (esperado) sobre o presente.

A instabilidade do capitalismo deriva da inconstância do investimento - fundamental para o desenvolvimento da economia -, o qual não depende

fls.20



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

apenas da diferença entre o lucro esperado e a taxa de juros, mas também dos animal spirits dos empresários, razão por que é um sistema instável por sua própria dinâmica. "Keines demonstrou que o nível de atividade e emprego, em qualquer economia de mercado, depende da demanda efetiva por bens e serviços de consumo pelas famílias e por bens e serviços de investimento pelas empresas. Quanto mais as famílias consumirem e as empresas investirem, tanto mais crescerão a produção e o emprego. Se, por algum motivo, os gastos de consumo e de investimento caírem, a produção e o emprego os acompanharão na queda" (Paul Singer, As políticas keynesianas à prova, Folha de São Paulo, 19/03/2009, opinião A3).

Quando há insegurança quanto ao futuro prefere-se a liquidez elevando-se a taxa de juros e com isso agravam-se os problemas relacionados ao crédito, a renda e o emprego. Um dos insight de Keynes foi exatamente o de verificar que as expectativas atuam como elemento determinante do emprego. Para Keynes a instabilidade capitalista deriva da circunstância de que o investimento é feito com base em expectativas futuras e incertas. As flutuações do investimento decorrentes das expectativas futuras vão variar o nível de emprego e renda que geram a instabilidade inerente ao capitalismo. Destarte, as expectativas e incertezas são um dos elementos endógenos de instabilidade no capitalismo.

Nesse sentido o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo define o capitalismo "como a coexistência entre a enorme capacidade de criar, transformar e dominar a natureza, suscitando desejos, ambições e esperanças, e as limitações intrínsecas à sua capacidade de entregar o que prometeu. Não se trata de uma perversidade, mas do seu modo de funcionamento" (O insaciável Moloch).

fls.21



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

Como adverte Minsky, cuja atualidade é assombrosa: "Crises financeiras periódicas são uma parte inevitável da história de crescimento do capitalismo. A destruição criadora de Schumpeter se aplica ao mundo das finanças. Durante os bons tempos, a maior parte dos empreendimentos é bem-sucedida. Isso encoraja o endividamento excessivo e a redução das margens de segurança. Longos períodos de crescimento engendram crescente fragilidade financeira. As inovações tornam-se mais complexas, criando-se sucessivas camadas de dívidas. Há sempre uma ameaça de falências em bola-de-neve nessa longa cadeia de compromissos financeiros. Torna-se inevitável o resgate do sistema bancário pelos bancos centrais. Passos previsíveis dados por empreendedores, banqueiros, financistas e investidores disparam essa instável dinâmica. E a cada vez que as intervenções dos bancos centrais são bem-sucedidas, as arriscadas práticas financeiras são validadas - e inovações ainda mais ousadas são encorajadas. A fragilidade financeira torna-se uma tendência estrutural, desembocando em crises cada vez mais severas."

Segundo o grande economista pós-keynesiano, a instabilidade financeira é inerente ao capitalismo porque os investimentos dos empresários estão baseados nas expectativas de lucro e na disponibilidade de crédito. Esperam sempre receitas superiores aos custos, lucros superiores aos custos financeiros, mas nesse processo está envolvido um elevado risco, porque as receitas são incertas enquanto que o custo dos empréstimos é conhecido. No início do ciclo, porém, existe demanda represada e as empresas veem confirmadas suas previsões. As posições vão se tornando cada vez mais alavancadas. Entretanto, na medida em que as empresas se endividam, elas vão se tornando cada vez mais vulneráveis a mudanças não previstas na taxa de lucro, de juros ou de câmbio. Em um certo momento, as expectativas mudam de direção, mas as empresas continuam a se endividar, agora de maneira Ponzi, apenas para

fls.22



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

pagar juros. Entretanto, no momento em que o desencontro entre o realizado e as expectativas se torna muito grande, a contração do crédito e a crise financeira se tornam inevitáveis (Hyman P. Minsky. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986).

Prossegue Minsky em sua percuciente análise sobre a instabilidade financeira do capitalismo. "O período bem-sucedido de crescimento da economia leva à aceitação de práticas cada vez mais agressivas. A flexibilidade dos mecanismos de crédito é necessária à dinâmica capitalista, mas pode se tornar uma força altamente destrutiva. As instituições financeiras inovam e inventam em resposta às necessidades dos empreendimentos. E as autoridades são sempre 'surpreendidas' pelas novas práticas dos mercados. O ritmo das inovações financeiras e o grau de aceitação de riscos aumentam à medida que as autoridades evitam as crises menores. A estabilidade desestabiliza. As inovações ampliam a liquidez, de modo a tornar o sistema mais vulnerável. A intervenção dos bancos centrais valida as inovações, estimulando a persistência das novas e arriscadas práticas. As crises financeiras tornam-se mais frequentes e mais severas."

Com tirocínio, adverte: "Todas as vezes que o banco central intervém, está protegendo instituições e práticas de financiamento imprudentes. Nada garante que isso não ocorrerá de novo sem uma regulamentação adequada." Mas reconhece que "o capitalismo sem as práticas financeiras que levam à instabilidade pode ser menos inovador e expansionista. Diminuir a possibilidade de um desastre financeiro pode muito bem inibir as fagulhas de criatividade do sistema capitalista."

fls.23



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

O capitalismo sob controle do Estado permitiu progresso material para todos e a redução de sua instabilidade a partir do término da segunda guerra mundial em 1945, principalmente nas décadas de 50, 60 e até meados da década de 70 ("trinta anos gloriosos do capitalismo"). Desse modo, embora a instabilidade seja inerente ao capitalismo, pode ser amortecida ou suavizada pela regulamentação e controle estatal. A regulamentação pública, a submissão do mercado à política estatal também é importante para que o progresso material possa chegar a todos e não a poucos. Do contrário, adverte John K. Galbraith, em seu livro "A Economia e o Interesse Público (1973), que "deixadas a si mesmas, as forças econômicas não levam a um final feliz, exceto, talvez, para os poderosos".

O Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas é uma forma de minimizar o problema dos créditos reconhecidos em Juízo que ficaram sem pagamento em razão do encerramento das empresas em nosso país. É uma forma de, penalizando as empresas que fraudam a legislação trabalhista, contribuir com os trabalhadores que prestaram serviços e não receberam o mínimo vital garantido em lei.

Diante do exposto, **reformo** para determinar que o valor da condenação da presente demanda seja revertido ao Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas.

**RECURSO ORDINÁRIO DE JOSÉ CARLOS MARI E
LUCIANO EDUARDO GRISOTTO**

1. ILEGITIMIDADE PASSIVA

fls.24



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

Matéria analisada em conjunto com o recurso da ré Transfripan Administradora de Bens Ltda., ao qual nos reportamos por brevidade.

2. REGULARIDADE DA COOPERATIVA

Item analisado em conjunto com o recurso da Transfripan, ao qual nos reportamos por brevidade.

3. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Sentença: "E, como tal, pronuncio que também Luciano Eduardo Grisotto figurou como sócio oculto da Cotrinco, empresa revestida na figura de cooperativa, motivo pelo qual, e com estribo no artigo 942 do CCB/02, responderá de forma solidária por eventual condenação decorrente da presente sentença" (fl. 1349). "Portanto, novamente, pronuncio que também o réu José Carlos Mari figurou como sócio oculto da Cotrinco, empresa revestida na figura de cooperativa, motivo pelo qual, e com estribo no artigo 942 do CCB/02, responderá de forma solidária por eventual condenação decorrente da presente sentença" (fl. 1349/1350).

Recurso: afirma que José Carlos Mari e Luciano Eduardo Grisotto não participaram da Cotrinco, apenas estabelecendo com ela relações comerciais, sem vantagem pessoal. Aduz que "todos os demandados, como toda a sociedade, inclusive os trabalhadores, beneficiaram-se com a constituição da Cooperativa, eis que se trata de uma atividade empresarial econômica" (...) A entender como fez a r. sentença, há também que se estender a condenação solidária a todas as empresas e demais pessoas que realizaram negócios com os cooperados e com a cooperativa" (fl. 1593).

fls.25



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

2ª TURMA

CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)

Análise: analisarei de forma apartada a relação de cada um dos recorrentes com a Cotrinco.

José Carlos Mari: a relação deste recorrente com a cooperativa é nebulosa, no entanto, há elementos nos autos que demonstram ser sócio oculto da Cotrinco.

Isso porque o capital que deu início a Cooperativa decorreu, integralmente (a não ser por pequenas contribuições dos cooperados), de empréstimo do Sr. José Carlos Mari, conforme depoimento dos representantes da Cotrinco no Inquérito Civil:

"Logo no começo da cooperativa ele [José Carlos] ajudou com uma quantia em dinheiro, cerca de R\$ 17.600,00; além da ajuda do Sr. José Carlos e de capital dos cooperados, não houve injeção de dinheiro de mais ninguém no começo" (fls. 396/397).

Em contestação, José Carlos Mari (juntamente com o outro recorrente, Luciano Eduardo Grisotto), confirmou ser fiador do contrato de arrendamento do imóvel em que funcionava a Cooperativa. Ainda, em depoimento pessoal, esse recorrente confirmou ter realizado empréstimo no início da cooperativa.

Conforme bem apontado pelo Juízo, cujos fundamentos adoto como razões de decidir:

Saliente-se que, embora do ramo de comercialização de crédito, o réu sequer documentou empréstimo relativamente alto em consideração à sabida condição financeira da

fls.26



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

"cooperativa", que sequer havia iniciado suas atividades, não tendo sequer capital de giro. Soa estranho não haver sequer contrato com fiadores garantindo o pagamento dessa dívida, o que vai frontalmente de encontro aos objetivos sociais de seu empreendimento (fl. 1349-vs).

José Carlos confirmou, ainda, que esteve presente na primeira reunião na sede da Cotrinco, ocasião em que realizou o empréstimo supramencionado, e que havia poucos presentes no local.

Dessa forma, reputo comprovado que José Carlos Mari atuou como sócio oculto da Cooperativa Cotrinco, pelo que nada há a ser reformado na sentença nesse sentido.

Luciano Eduardo Grisotto: conforme já mencionado, em defesa esse réu reconheceu ter sido fiador do suposto contrato de arrendamento da cooperativa.

Ainda, de acordo com os representantes da Cotrinco (fl. 396 do vol. 2 de documentos), o Sr. Luciano é proprietário de uma empresa de couro e lançava mão da estrutura da cooperativa para beneficiar-se, levando até lá couro para ser curtido.

O item 29 do depoimento de fl. 856-vs também confirma que o recorrente era beneficiário da Cooperativa, pois dele consta que "o depoente precisava de Luciano por conta dos contatos que este tinha com o pessoal do couro; Luciano, por sua vez, tinha a vantagem de ter o produto processado em Cianorte, refletindo no frete".

fls.27



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

Nesse sentido constou em sentença:

"Portanto, conquanto tenha alegado que foi fiador por mera benevolência, efetivamente se beneficiou da constituição da cooperativa, eliminando custos de produção e mão-de-obra de seu próprio empreendimento, sendo fornecedor de matéria-prima e até mesmo de outros clientes, conforme sua confissão nos presentes autos" (fl. 1348-vs).

Além disso, o representante do 1º réu (Cotrinco) reconheceu em depoimento pessoal nestes autos (fl. 855-vs) que o Sr. Luciano "representou a cooperativa na compra de peças em Maringá". Atuou, também, como intermediador da cooperativa, conforme documento de fl. 289 do volume 2 de documentos.

Luciano Eduardo Grisotto, da mesma forma, então, figurou como sócio oculto da Cotrinco, devendo responder solidariamente pelos seus passivos.

Mantenho.

4. DANO MORAL COLETIVO

Item analisado em conjunto com os recursos da Transfripan e do Ministério Público do Trabalho, ao qual nos reportamos por brevidade.

5. MULTA POR EMBARGOS PROTRELATÓRIOS

Sentença: "Considerando o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, condeno os embargantes ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da ação, para cada embargante, nos termos do art. 538, parágrafo

fls.28



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

único, do CPC, e no montante de R\$ 7.500,00 cada (corrigíveis), que deverá ser acrescido à condenação imposta pela r. sentença" (fls. 1472/1473).

Recurso: requer a exclusão da condenação por embargos protelatórios.

Análise: é entendimento desta E. Turma que, da mesma forma que as arguições de nulidade devem ser cautelosamente analisadas, a aplicação de multa em comento também deve obedecer a critérios rigorosos, entre eles, flagrante malícia da parte com a intenção de protelar o feito para causar prejuízo à parte contrária.

No presente caso houve a interposição de embargos de declaração em apenas uma oportunidade, não ficando comprovada a má-fé dos embargantes, sendo razoável o receio de supressão de instância quando da interposição do recurso ordinário.

Em razão do exposto, **reforma** para determinar a exclusão da multa dos embargos de declaração.

**RECURSO ORDINÁRIO DE MINISTÉRIO PÚBLICO
DO TRABALHO**

**1. DANO MORAL COLETIVO - VALOR DA
INDENIZAÇÃO**

Item analisado em conjunto com os recursos dos réus, ao qual nos reportamos por brevidade.

III. CONCLUSÃO

fls.29



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

2ª TURMA

CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)

Pelo que,

ACORDAM os Juízes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RÉU VALDEMAR MORAS DELATORRE**; por igual votação, **CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RÉ TRANSFIPAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA** e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**. Por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELOS RÉUS JOÃO CARLOS MARI E LUCIANO EDUARDO GRISOTTO** e, no mérito, **DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO** para determinar a exclusão da multa dos embargos de declaração. Por igual votação, **CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR** e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**. Tudo nos termos da fundamentação.

Determina-se que o valor da condenação da presente demanda seja revertido ao Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, na forma da Fundamentação, comunicando-se o c. TST.

Custas inalteradas.

fls.30



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª TURMA

**CNJ: 0132600-14.2009.5.09.0092
TRT: 01326-2009-092-09-00-0 (RO)**

Intimem-se.

Curitiba, 17 de janeiro de 2012.

PAULO RICARDO POZZOLO

RELATOR

⋮

fls.31